



Anais da Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás 2013
Disponível em: <http://anais.pucgoias.edu.br/2013/index.htm>
ISSN: 2177-3327

POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL DE COTAS SOCIAIS E RACIAIS :10 ANOS DE EXPERIÊNCIA NA UNIVERDIDADE ESTADUAL DE GOIÁS-2004-2014

Ronaldo Rosa dos Santos Junior (Doutorando) Contato: ronaldorsjunior@gmail.com

José Maria Baldino (Orientador). Contato: jmbaldino@uol.com.br

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação- Doutorado. PUC Goiás.

A atual configuração da Educação Superior Brasileira remonta a Lei n.5540/1968, aportada na ideologização modernizante e desenvolvimentista do crescimento econômico suscitador da ampliação das oportunidades educacionais crescentes expressas nos indicadores de significativo crescimento de: instituições, cursos, turnos, vagas, habilitações e novas modalidades de formação como EAD, Tecnológicos e Sequenciais. Dados recentes do MEC/INEP revelam a educação superior um campo diverso, isolado, privado, ranqueado, hierarquizado, interiorizado e submetido a avaliação externa como princípio de regulação burocrática de resultados. As políticas públicas de expansão, considerado a relevância das iniciativas estaduais das décadas de 1970 e 80, somente vieram efetivar-se com Lula da Silva -REUNI.O atual milênio trouxe uma estratégia diferente de democratização de acesso rompendo o discurso da ideologização do dom. Trata-se do conjunto de iniciativas dos governos estaduais em usar Políticas de Reserva de Vagas para setores sociais historicamente excluídos da educação superior pública alunos oriundos de escola pública, negros e afrodescendentes, indígenas e deficientes. Na primeira geração de criação e implantação das políticas de cotas afirmativas, além da UnB, UERJ, UEB, Goiás é pioneiro. Bombardeadas pelos setores conservadores, da política a setores científicos, após decisão de constitucional idade pelo STF, o Governo Federal edita do Decreto 5.193/2004 determinando-a para todo o sistema federal de educação superior. Esta tese pretende fazer um balanço crítico avaliativo dos 10 anos de efetividade da Lei Estadual n. 14.832, de 12 de Julho de 2004 com foco na indagação da sua efetiva democratização ou no que Bourdieu (1997) chamou de “excluídos do interior”. Ela se desdobrará metodologicamente orientada por quatro eixos de descrição e análise: 1º- Etnografia da Lei n.14.832/2004 (tramas, acordos, desacertos), as vozes/posicionamentos dos movimentos, organizações culturais dos estudantes da rede pública, negros, indígenas e deficientes; 2º-Descrição e análise dos papéis desempenhados CEE; SECTEC; Ministério Público Estadual e Comissões de Educação e Direitos Humanos da AL de Goiás quanto a fiscalização da aplicação da Lei n.14.832/2004;3º Mapa analítico das teses e dissertações em educação cujas temáticas versaram sobre cotas goianas; 4º Portfólio com as histórias de escolarização e experiência universitária de egressos cotistas oriundos dos cinco cursos mais concorridos da UEG.

Palavras-chave: 1) Educação Superior; 2) Brasil, 3) -Políticas de Cotas; 4) Inclusão X Exclusão Social; 5) Educação Afirmativa X Compensatória.